

PODER

Presidente da Corte ressalta, no fechamento do ano do Judiciário, a atuação dos tribunais contra a disseminação de mentiras e desinformações nas eleições

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Ministro avisou que a atuação da Justiça contra as milícias digitais continuará sendo implacável: “Não vão conseguir interferir negativamente”

Moraes: TSE mostrou que rede social tem lei

» LUANA PATRIOLINO

N a sessão de encerramento do ano do Poder Judiciário, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, fez um balanço sobre as atividades da Corte em 2022 — ano em que ele assumiu o comando da Corte e do processo eleitoral. O ministro chamou a atenção para o combate às mentiras e desinformações e disse que o Brasil não é uma “terra sem lei” quando se trata do uso das redes sociais.

“A Justiça brasileira e o TSE demonstraram que, aqui no Brasil, as redes sociais não são uma terra sem lei. Aqui, as milícias são combatidas, apenadas e não vão conseguir interferir negativamente nas eleições”, afirmou.

Moraes ainda citou as resoluções do tribunal que barraram, no pleito deste ano, o porte de armas de fogo nas seções eleitorais e o uso de celulares nas cabines de

votação. Para o presidente do TSE, as medidas são “marcas” da Corte para garantir tranquilidade no pleito e a segurança do eleitor, e combater o assédio eleitoral.

“Arma no dia das eleições é o voto. O TSE soube cumprir com êxito, com eficiência, com eficácia, com rapidez, e extrema celeridade, a sua competência de realização das eleições, de julgamento dos casos relacionados a candidaturas e inelegibilidades para que tudo chegasse a hoje, ao fim do período, do ano judiciário, a bom termo”, ressaltou.

Vice-presidente do TSE, o ministro Ricardo Lewandowski, também ressaltou a atuação da Corte. Conforme disse, o tribunal foi fundamental para “impedir que grupos antidemocráticos impedissem a liberdade de ir e vir dos eleitores”. O ministro elogiou a atuação de Moraes e afirmou: “Cumprimos nossa missão”.

O presidente do TSE enfatizou os dados sobre o processo eleitoral deste ano. Desde 1º de julho,

foram proferidos 1.629 acórdãos, 4.691 decisões monocráticas (individuais), 2.155 despachos, 20 resoluções — incluindo os textos que proibiram o uso de celulares nas cabines de votação e o porte de armas nas seções eleitorais.

Moraes ainda apontou o menor índice de abstenção no pleito deste ano. Foram 123.682.796 votos contabilizados no segundo turno. Ou seja, pela primeira vez nas últimas cinco eleições, segundo o TSE, somaram-se mais votos na segunda etapa do que no primeiro, em que foram computados 123.682.370 votos. Para o presidente da Corte, o número representa “confiança do eleitorado no sistema eleitoral, nas urnas eletrônicas, na democracia, nas eleições e na escolha periódica de seus representantes.”

Tarcísio diplomado

Em São Paulo, o governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi diplomado, ontem,

pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) aos gritos de “mito”. A cerimônia também referendou o vice-governador eleito, Felício Ramuth (PSD), e o senador eleito Marcos Pontes (PL), além de 70 deputados federais e 94 estaduais.

O evento foi marcado por vaias e aplausos a parlamentares bolsonaristas eleitos pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Na abertura do evento, o presidente do TRE-SP, Paulo Sérgio Galizia, defendeu o resultado das urnas, questionado em atos antidemocráticos, e advogou contra ameaças à Justiça Eleitoral.

“A Justiça Eleitoral não admite pressões ou ameaças, venham elas de onde vierem. Só deve obediência à democracia, da qual é sua incansável guardiã. A Justiça Eleitoral jamais presta contas aos poderosos, só presta contas à cidadania brasileira”, afirmou. **(Com Agência Estado)**

LAVA-JATO

Cabral deixa a cadeia depois de 6 anos

» ALINE BRITO
» RAPHAEL FELICE

Depois de mais de seis anos na cadeia, Sérgio Cabral foi solto, na noite de ontem, por volta de 20h30. O ex-governador do Rio de Janeiro deixou uma unidade prisional da Polícia Militar na cidade de Niterói (RJ) poucas horas depois da chegada do alvará que o libertou — a demora em cruzar o portão de volta à rua foi devido à colocação da tornozeleira eletrônica e por ter sido submetido a um exame médico para atestar as condições de saúde no momento em que deixava a cadeia.

Cabral era o último preso da Operação Lava-Jato — foi preso na fase que se chamou Operação Calicute. De todos os processos pelos quais foi denunciado, ele recebeu condenação em 23, cujas penas, somadas, ultrapassam 430 anos de prisão. No entanto, nenhuma dessas ações transitou em julgado — ou seja, não passou por todas as instâncias da Justiça e não tem sentença definitiva. O ex-governador estava preso preventivamente e, dessa forma, até que os processos cheguem a uma decisão final, ele tem o direito de responder aos processos em liberdade.

O ex-governador ficará em

Estádio Conteúdo



Cabral chega para fazer exames pouco depois que foi preso na Calicute

prisão domiciliar. Ao sair da cadeia, foi direto para dentro de um carro e evitou falar com jornalistas, que o esperavam na porta da unidade prisional.

A libertação de Cabral foi decidida pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), na última sexta-feira. Um placar para que ele deixasse a prisão foi apertado — 3 x 2, com voto decisivo do

decano da Corte, Gilmar Mendes.

As justificativas dos ministros do STF favoráveis à soltura de Cabral foram o excesso de prazo e a falta de fundamentação para a manutenção da prisão. O ex-governador foi preso em 2016, suspeito de comandar uma organização criminosa que fraudava licitações e cobrava propina de empreiteiras.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



PCB, da luta armada à defesa da democracia

Biógrafo do jornalista Carlos Castelo Branco (*Toda aquela imenso mar de liberdade*) e do senador Teotônio Vilela (*Senhor República*), o escritor e jornalista político Carlos Machi lança hoje o seu mais novo livro: *Longa jornada até a democracia* (Fundação Astrojildo Pereira), o primeiro volume de uma história dos 100 de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desde as ideias que lhe dariam origem, em 1922, até a realização do VI Congresso, em dezembro de 1967. Será às 19h, no Beirute, tradicional reduto de estudantes, jornalistas e boêmios de esquerda de Brasília.

Quem imagina uma obra apologética e maniqueísta, irá se surpreender. O livro conta a história do PCB como quem prepara o peixe com o olho no gato e o outro na frigideira. O duplo olhar de Marchi contextualiza o papel do PCB na história do Brasil e, ao mesmo tempo, mostra as contradições de seus dirigentes com a antiga União Soviética, e entre eles próprios. Um processo no qual uma das vítimas foi o próprio fundador do partido, o jornalista e escritor Astrojildo Pereira, que caiu em desgraça após uma viagem a Moscou, em 1930, mesmo depois de capitular diante dos dirigentes do Comintern, que consideravam muito próxima uma revolução no Brasil.

Havia, sim, uma revolução em gestação, mas era a de 1930, liderada por Getúlio Vargas, com adesão dos líderes tenentistas. Entretanto, não obteve apoio de Luiz Carlos Prestes, que havia se aproximado dos comunistas. Astrojildo lhe entregara uma mala de obras marxistas durante o exílio do comandante da Coluna Prestes na Bolívia. Por pura ironia, Prestes voltaria ao Brasil anos depois, para fazer a tal revolução, enquanto Astrojildo amargava o ostracismo político: vendia bananas e escrevia críticas literárias e ensaios sobre a sociedade brasileira.

O livro tem um olhar crítico sobre a atuação de Prestes, sem embargo de reconhecer seu papel decisivo na história do Brasil. O líder comunista teve o destino do país nas mãos em 1935, quando recusou o comando da Revolução, e em 1945, quando saiu da cadeia e decidiu apoiar Vargas, na redemocratização. Quando o ex-ditador voltou ao poder, eleito em 1950, os comunistas lhe fizeram oposição. Só foram defendê-lo depois do suicídio, em agosto de 1945.

A tórrida paixão entre Prestes e Olga Benário, a judia alemã treinada pelos serviços de inteligência do Exército Vermelho e escalada para fazer sua segurança, chamava atenção. Era um casal improvável: ele, baixinho; ela, muito alta — razão pela qual a volta de Prestes de Moscou para o Brasil foi uma longa viagem, que durou quatro meses e virou lua de mel. Percorreram várias capitais europeias, atravessaram o Atlântico até Nova York, de onde desceram para Montevidéu. A entrada clandestina no Brasil, com escalas em Buenos Aires e Florianópolis, foi rocambolesca.

Atualização

Marchi põe o holofote nas divergências na cúpula do Comintern sobre a linha a ser adotada por Prestes e no papel de um agente inglês infiltrado no grupo de revolucionários que o assessorava. O alemão Johann De Graaf, que se tornaria oficial do Exército Vermelho, desembarcou no Brasil com o nome falso de Franz Paul Gruber. Foi encarregado de montar uma caixa-forte que explodiria com os documentos de Prestes e os planos da insurreição, mas isso não aconteceu. Johann manteve os serviços de inteligência britânicos informados sobre tudo e chegou a receber uma carta de agradecimento de Vargas. Olga, grávida quando foi presa com Prestes, foi deportada para a Alemanha. Morreu num campo de concentração nazista, onde nasceu Anita Leocádia Prestes.

Ao longo do livro, o foco de Marchi é o progressivo “aggiornamento” do PCB, da opção pela armada, em 1935, ao compromisso com a democracia, na Declaração de Março de 1958. Como bom repórter, revela, em primeira mão, a localização do “aparelho” no qual foi realizado o 6º Congresso do PCB, em São Paulo, em 1967, quando o partido adotou a linha de frente para a redemocratização do país e rechaçou a opção pela guerrilha urbana, defendida pelo líder comunista Carlos Marighela e alguns dirigentes históricos do PCB, sem chance de dar certo.

Contraditoriamente, na preparação do congresso, o dirigente comunista Salomão Malina, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e herói da tomada de Montese, na Itália, durante a II Guerra Mundial (recebeu a Cruz de Combate de 1ª Classe), perdeu os dedos da mão direita e teve o pulmão perfurado ao desativar uma granada defeituosa. Em coma, foi operado clandestinamente no Hospital de Clínicas.

Sapador, Malina estava encarregado de garantir a fuga de Prestes caso o congresso fosse localizado pelos órgãos de segurança do regime militar. Mais tarde, seria o último secretário-geral do partido e, em 1991, apoiaria a mudança do nome e da sigla do PCB para PPS, atual Cidadania.

O LIVRO TEM UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A ATUAÇÃO DE PRESTES, SEM EMBARGO DE RECONHECER SEU PAPEL DECISIVO NA HISTÓRIA DO BRASIL